DES-EMBRANQUECENDO IDEIAS: UM ESTUDO SOBRE MOVIMENTOS AFRO-BRASILEIROS NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO[1]

Un-whitening Ideas: A Study on Afro-brazilian Movements in the Field of Architecture and Urbanism

SOUSA, ROSA MARIA DOS SANTOS DE
Centro Universitário de Jaguariúna UniFAJ

LOPES, Fanny Tamisa
Centro Universitário de Jaguariúna- UNIFAJ

RESUMO: Des-embranquecendo[2] ideias tem como objetivo apresentar novas referências em desenvolvimento para os campos da arquitetura e urbanismo em favor da valorização da cultura afro-brasileira. No presente artigo, propõe-se analisar a produção científica oriunda da comunidade acadêmica afrodescente, procurando compreender como esses agentes tem construído novas perspectivas em seus estudos. Ao longo da pesquisa, promoveu-se o mapeamento e quantificação desta produção e, além disso, tomou-se como fonte a expressiva movimentação dos grupos de arquitetos e arquitetas nas redes sociais.

Palavras-chave: Arquitetura afro-brasileira; decolonialidade; representatividade.

Abstract: Blanching ideas aims to present new references in development for the fields of architecture and urbanism in favor of the valorization of Afro-Brazilian culture.
In this article, it is proposed to analyze the scientific production coming from the Afro-descendant academic community, trying to understand how these agents have built new perspectives in their studies. Throughout the research, the mapping and quantification of this production was promoted and, besides that, source was the expressive movement of groups of architects in the social networks.

Key-words: Afro-Brazilian architecture; decoloniality; representativeness.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentaremos uma investigação acerca de pesquisas brasileiras que se propõem a dar destaque para questões de raça dentro da

[1] Agradecemos o apoio recebido de todos os profissionais que atuam nestes grupos, que se mantiveram à disposição ao longo do desenvolvimento da pesquisa; em especial às arquitetas negras que se tornaram grandes referências de atuação, pesquisa e luta.

[2] Des-embranquecer neste artigo vem como uma racialização da decolonialidade, o termo é utilizado para destacar as reflexões que expõem novas narrativas sobre assuntos políticos, sociológicos, urbanos, historiográficos, etc. Representa uma ação que reivindica a história, contra abordagens excludentes que foram naturalizadas ao longo do tempo, trazendo novas possibilidades.

arquitetura, urbanismo e planejamento urbano, apresentando um panorama do cenário insurgente configurado sobretudo a partir da implantação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior, que vêm reconfigurando a presença de estudantes negros nas universidades brasileiras [ver figuras 1 e 2].

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa deu-se em decorrência de um desconforto pessoal pela ausência considerável da cultura africana e afro-brasileira[3] nas referências que eram trazidas para a sala de aula no decorrer da graduação em arquitetura e urbanismo. Foi portanto uma vontade de compreender essas ausências e o silêncio em torno da questão que originou a pesquisa. Do processo de transição para a idade adulta o jovem negro traz consigo inumeráveis questionamentos diante da socialização racista[4] ao qual é exposto, e estes estão consequentemente presentes ao ingressar na graduação. Esta bagagem e as novas observações levam a movimentar-se e sair do local que se encontra para expandir seus olhares, buscando o referencial afro-brasileiro fundamental a cultura do nosso país, ainda que quase sempre silenciado nos estudos sociais e historiográficos recorrentemente pautados por uma perspectiva eurocêntrica (como ficou claro nas abordagens históricas da graduação).

Figura 1: GRADUANDOS (AS) E POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO COR OU RAÇA -

[3] Afro-brasileiro é o termo que estabelece racialmente uma relação entre pessoas negras ou expressões culturais brasileiras que definem-se como oriundos da presença africana no território brasileiro.

[4] O processo de socialização de um indivíduo se dá por sua integração à sociedade, como coletivo. É através dela que se desenvolvem hábitos de cooperação, coletivismo e a capacidade de lidar com o outro. Numa sociedade racializada, estas experiências são distintas para indivíduos brancos e não brancos, pois estão alicerçadas na estrutura de padrões de conduta do que é normal e melhor (branco) e, portanto, o grupo dominante, do que não se encaixa: grupo dominado. Sobre esse assunto, ler “Racismo Estrutural” escrito pelo professor Silvio de Almeida, referenciado neste artigo.

1996 A 2018 (%)

Cor ou Raça	Pesquisa	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).
* Pretos, em 2018, corresponde a soma das categorias "Pretos – não quilombolas" e "Pretos quilombolas".
** Indígenas, em 2018, corresponde a soma das categorias "Indígenas Não Aldeados" e "Indígenas Aldeados".

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Figura 2: GRADUANDOS (AS) SEGUNDO COR OU RAÇA – 2003 A 2018.

Cor ou Raça	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Amarela	21.122	20.079	21.977	25.643
Branca	278.811	353.871	429.149	520.008
Parda	132.834	210.498	354.688	470.227
Preta	27.693	57.218	92.240	143.599
Indígena	9.388	6.102	6.014	10.736
Outra	-	8.399	-	
Sem declaração	-	-	35.536	30.087
Total	469.848	656.167	939.604	1.200.300

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

A problematização acerca da invisibilidade negra na arquitetura - suprimidos nos dados de atuação profissional e silenciados na historiografia - engendrou essa pesquisa. Ao decidir investigar a história à contrapêlo, fora dos grandes manuais de história da arquitetura, descobrimos nas mídias digitais - especialmente nas redes sociais[5], com a possibilidade de criação de grupos online para trocas de experiências dos estudantes profissionais negros - um movimento crescente de divulgação de ações de arquitetas e arquitetos urbanistas desenvolvendo novas perspectivas dentro destes campos. Ficou bastante evidente a necessidade de comunicação entre estes grupos para se

[5] A organização nas redes sociais se dá como uma forma contemporânea de aquilombamento, onde a diáspora se conecta pelo reconhecimento que ocorre de um para o outro, e é onde as possibilidades de trocas de experiências são infinitamente maiores (ver Anexo).

reconhecer e alimentar as semelhanças entre cada projeto, a fim de agregar novos contextos para além dos que nos são apresentadas habitualmente na academia.

Tais produções se conectam pelo que entende-se como manifestações da diáspora negra no Brasil. Diáspora é a formação de comunidades fora de seus territórios de origem, a partir de processos de migração forçada. A diáspora afro produziu uma cultura única, proveniente do impacto desta migração e das condições de ocupação; como podemos observar na cultura brasileira, que tem grande influência dos povos africanos expressa na dança, religião, culinária e idioma, música, e em outros tantos aspectos menos tangíveis. Sobre esse conceito, investiga-se a diáspora africana ou diáspora negra como o fenômeno social de reprodução de cultura afro por uma população que descende dos povos perseguidos que "migraram" à força pela escravização para diversas partes do globo; o Brasil é o maior território em diáspora africana do além-mar do mundo, resultado do grande fluxo de sujeitos que atravessaram o Oceano Atlântico e depositaram aqui, fora da África, toda sua cultura e saberes. Assim sendo, a perspectiva diaspórica se manifesta nas ações culturais que têm por natureza uma relação ancestral[6] com grupos que foram separados ou arrancados de seu habitat por perseguições políticas, étnicas ou religiosas.

Figura 3: Mapa Temático Educacional - Geopolítica Da Diáspora África – América – Brasil – Séculos Xv – Xvi – Xvii – Xviii – Xix - Cartografía Para

[6] Para a diáspora negra, a ancestralidade é uma ligação com antepassados do continente africano, tomando-a como uma referência para o desenvolvimento espiritual e ideológico do indivíduo e da comunidade diaspórica como um todo. O termo é comumente ligado à diversidade, veneração, herança cultural e espiritual, encanto e evolução.

Educação.



Fonte: Sanzio, 2012.[7]

Constatado o movimento em função de uma produção acadêmica afro-brasileira comprometida com a criação perspectiva diaspórica, evidenciava-se que esse movimento é uma reação às diversas ausências dos quais os estudantes e profissionais negros são colocados à prova ao iniciar a vida acadêmica. Inicialmente consultamos os dados disponibilizados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), onde descobrimos uma lacuna no se que se refere aos dados de raça, pois o conselho desconsidera este fator na elaboração de seu censo. Partimos então aos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e nos deparamos com dados massivos quantificando os profissionais de arquitetura e urbanismo somente por região ou faixa de renda (enquanto nos dados de raça não há quantitativo por profissão). Esta omissão nos levou a entender de que o silêncio é a base para uma política de negligência quanto ao combate às desigualdades raciais pelo poder público; pois um dado inexistente aos poucos deixa de ser questionado, e adentra a um senso comum de irrelevância.

2. A AFRO-DIÁSPORA BRASILEIRA EM ARQUITETURA E URBANISMO

[7] Autor: Prof. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos, PhD. Departamento de Geografia UNB. "Pesquisador da UnB produz mapeamento inédito da diáspora africana", Fórum Afro PE. Disponível em: http://forumafrope.blogspot.com/2012/08/pesquisador-da-unb-produz-mapeamento.html.

2.1 Investigação

Como primeiro passo, examinamos uma série de grupos de pesquisa, artigos de revista, teses, dissertações e entrevistas produzidos majoritariamente nos anos 2010, além de alguns escritos sociológicos. Destaca-se a seguir as iniciativas mais expressivas:

Etnicidades é um grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que analisa a relação entre a arquitetura e urbanismo com atividades de grupos étnico-raciais. Os estudos raciais abrangem além de projetos arquitetônicos para comunidades tradicionalmente negras, estudos acerca da arquiteturas dos quilombos e templos religiosos de matrizes africanas, de territórios negros do lúdico (arquiteturas dos blocos afro), entre outras temáticas. Desde 2015, o grupo realiza o “Seminário Salvador e Suas Cores”, que faz parte do Novembro Negro da instituição, sendo este uma referência de debate sobre a face étnica de temas como edificações brasileiras, mercantilização e segregação sócio-espacial, território, políticas públicas, conflitos, turismo étnico, patrimônio, cultura, estética, etc.

Lugar Comum é o grupo de pesquisa com maior quantitativo de informações disponíveis na *internet* para consulta. No site do projeto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pode-se encontrar dados acerca dos projetos de extensão - denominados como ‘cooperação’, promovem assistência à organizações da sociedade civil - dos artigos, teses e dissertações produzidas, e de suas linhas de pesquisa (“Produção da Cidade, Política Urbana e Espaços Públicos”, “História e Memória das Cidades e do Urbanismo”, “Presença Negra na Produção da Cidade” e “Urbanismo, Política e Cultura”). A equipe investiga os processos de produção do espaço urbano, como segregação social, gentrificação e direito à cidade, traçando análises e proposições para o acesso à habitação, à mobilidade e equipamentos públicos.

Na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, há o Maloca - Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul. Uma rede de colaboração entre pesquisadoras e pesquisadores de instituições brasileiras, da Bolívia e de Cabo Verde que têm atuado na busca por respostas às questões educacionais quanto aos hábitos de construir, morar, de políticas públicas e direitos humanos na

América Latina sob a perspectiva decolonial[8]. Concentrando-se no debate étnico-racial e no papel social da arquitetura e urbanismo na América Latina, o grupo - que leva este nome em referência à música interpretada por Adoniran Barbosa - possui três linhas de pesquisa “Ensino de Arquitetura e Urbanismo na América Latina”; “Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano” e “Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais” que desenvolvem proposições de uma arquitetura latina mais autônoma e cidadã, em conformidade com a responsabilidade social do ensino, pesquisas, e atuação profissional em defesa do direito à habitação.

No Distrito Federal, o coletivo Arquitetas Invisíveis - de estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) - tem atuado pela igualdade de gênero na arquitetura e urbanismo sendo responsável pela produção da revista homônima. O grupo nasceu através da criação da *fanpage* na rede social *Facebook* em 2014 para divulgar informações acerca da vida e obra de arquitetas desprestigiadas pela historiografia. Poucos meses depois, o coletivo iniciou a organização de exposições, palestras, mesas redondas, oficinas, exibição de filmes e documentários para melhor compreensão sobre a relação entre gênero e arquitetura. O coletivo desenvolveu um mapeamento de arquitetas negras, para ampliar repertório e incitar a discussão para além do debate de gênero e assim, criou-se o projeto “Arquitetas Negras Invisíveis” para aprofundar a discussão sobre mulheres negras e a falta de representatividade. Com isso, a partir do 2º (segundo) volume da revista, temos a publicação de um artigo que aborda o apagamento destas mulheres nas disciplinas acadêmicas, revistas, nas publicações, em obras reconhecidas, etc.

Neste mesmo sentido, analisamos as ações do BR Cidades: um projeto coletivo - coordenado por arquitetos e urbanistas - de articulação nacional que promove participação social em políticas públicas, na tentativa de desenvolver

[8] Este conceito deriva do termo decoloniality, que descreve as novas práticas de estudo em diversos campos buscando a superação de condutas coloniais, transcender um pensamento colonizado. Usa-se também “descolonial”, porém a terminologia com a subtração do “s” vem sendo vinculada à concepção de transcender a clássica cultura colonial enraizada na região. Excluir o “s” e nomear “descolonial” é fazer uma distinção com o significado em espanhol de “des”, pois não pretende-se simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; isto é, passando de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e pegadas deixassem de existir. Mas sim, de sinalizar e provocar um posicionamento transgressor, de intervir, emergir e influenciar (tradução nossa). Adaptado. WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolivar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009.

as cidades de forma justa, tanto economicamente quanto socialmente, com economias ambientalmente responsáveis sem suprimir a pluralidade cultural de cada meio. Sua criação foi motivada pela constatação que mesmo com os avanços legais no planejamento urbano dos últimos anos, a priorização do rodoviarismo (e uso do automóvel ao transporte coletivo), juntamente com a forte atuação do mercado imobiliário, levaram à promoção de espraiamentos urbanos radicais; com consequente aumento dos custos de urbanização e empurrando os cidadãos de baixa renda para a "periferia da periferia". O projeto se dispõe a compreender como as desigualdades de raça, classe e gênero se corporificam nas cidades, ouvindo as vozes de movimentos sociais que têm em comum a busca por direitos - como o movimento negro, feminista, coletivos periféricos e de artistas que atuam na ocupação de espaços públicos. A atuação nacional se dá a partir dos núcleos locais que organizam debates com a sociedade civil de acordo com as demandas e problemáticas de cada região. As experiências são posteriormente apresentadas nos Fóruns Nacionais realizados anualmente, onde são debatidos dentro de temáticas estratégicas como gênero, raça e classe, segurança e saúde pública, saneamento e abastecimento de água, economia, programas habitacionais governamentais e autoconstrução, mobilidade urbana e transporte público, assistencialismo - ou seja, mecanismos de debate que podem construir um projeto de cidades mais democráticas.[9]

Colocando em evidência o debate de raça dentro da arquitetura e do urbanismo, em 2018 foi lançado o edital para financiamento da Revista Arquitetas Negras vol. 1: a primeira publicação organizada e que conta com conteúdo produzido exclusivamente por mulheres negras no país.[10] O projeto se iniciou com um mapeamento da atuação de arquitetas negras e nasceu pelo anseio de construir visibilidade - diante da ausência de arquitetas negras como

[9] O grupo também tem importante participação na mídia nacional, através da publicação regular de artigos no portal "Justificando" e na revista "Carta Capital", na qual expõe de forma acessível, reflexões acerca da agenda urbana nacional. Além de outros projetos divulgados independentemente: no site do BR Cidades são disponibilizados vídeos e materiais didáticos; e episódios de *podcasts* disponibilizados no Google Podcasts, Itunes, Pocket Casts, Stitcher, Rádio Madalena e Spotify.

[10] O conteúdo colaborativo foi construído através da organização pela "Negras Potências" que é fruto da parceria entre o portal de financiamento coletivo "Benfeitoria", o "Fundo Baobá" e o "Movimento Coletivo": esta iniciativa é exclusiva para mulheres negras e abre editais para as que desejam iniciar projetos de empoderamento econômico, combate à violência ou fomento à educação e cultura através da plataforma Benfeitoria, que possibilita as contribuições.

referências nas instituições acadêmicas, publicações, registros históricos, mostras, premiações e atuação profissional - e estimular a produção das mesmas. A organização afirma que durante o mapeamento, nos relatos das arquitetas negras foi comumente descrita a dificuldade de ingresso - grande parte das profissionais encontradas conseguiram através das políticas afirmativas - e de permanência, por se tratar de um custo alto para a realidade da maioria, tendo inclusive, relatos de mulheres que conseguiram realizar o curso somente como segunda graduação; ou seja, que se viram obrigadas à cursar uma primeira graduação para conseguir alcançar uma renda que custeasse a permanência no curso de arquitetura e urbanismo. Os artigos publicados na revista abordam uma perspectiva teórica e crítica da produção arquitetônica e urbanística afro-brasileira, e para o lançamento desta publicação que marca a historiografia da arquitetura brasileira, organizou-se o 1º Encontro de Arquitetas Negras Brasileiras: "Mulheres Negras na Arquitetura: Pioneirismo e Contemporaneidade" em São Paulo [ver figuras 4 e 5], onde as mesas de debate ilustraram como a discussão de raça e gênero na arquitetura vem para questionarmos a realidade que nos permeia.

Figura 4: Divulgação Do Encontro De Arquitetas Negras Brasileiras



Fonte: Página Do Projeto "Arquitetas Negras" Na Rede Social *Instagram*.[11]

[11] Disponível em: https://www.instagram.com/p/B03QYBfHAyw/.

Figura 5: Organização E Autoras Dos Artigos Publicados Na Revista Arquitetas Negras Vol. 1, No Momento Do Lançamento.



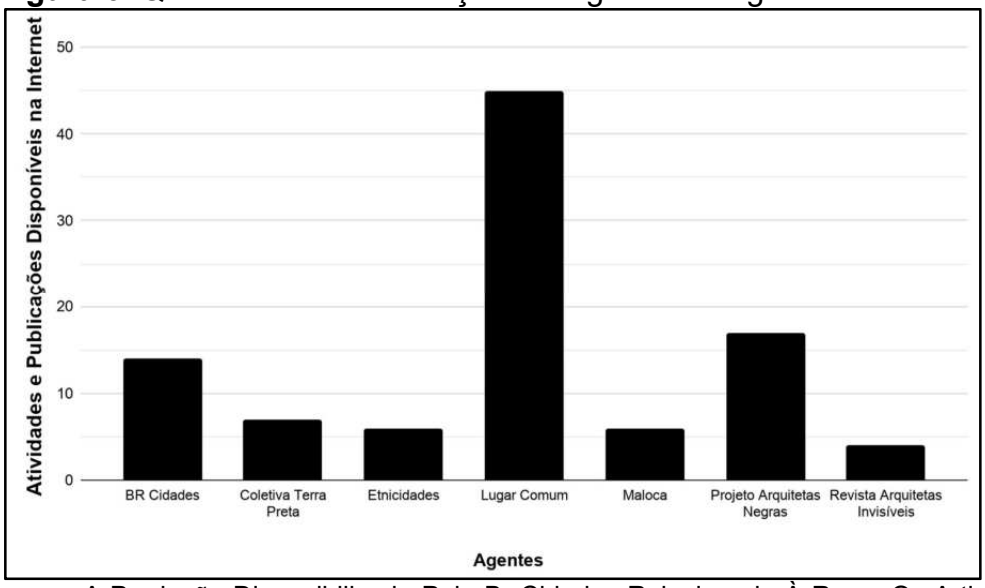
Fonte: Sousa (2019).

Recentemente formou-se a Coletiva[12] “Terra Preta”, que se originou quando as integrantes do mesmo se conheceram no grupo de fomento de informações chamado “Arquitetas Negras” na rede social *Facebook* e se fortaleceu por conta do mapeamento da Revista Arquitetas Negras vol.1. A coletiva é formada por arquitetas negras residentes em Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e São Paulo, e iniciou sua produção com a elaboração de um conjunto de artigos - que juntos contam uma narrativa lógica e sincrônica - apresentados no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur) de 2018, tratando a cidade em perspectiva decolonial, abordando territórios de negritude, feminismo negro e movimentos culturais afro-brasileiros, e que desde 2019 vem produzindo episódios de *podcast* onde a cidade é um discurso analisado com olhar diaspórico, da performance entre corpo, movimento e o território. Neste conteúdo produzido, há também a reflexão da cidade como um território de perpetuação das memórias afetivas que transbordam a coletividade e criam as conexões ancestrais que só são entendidas a partir da vivência do grupo descendente.

2.2 Análise

[12] As autoras se apresentam como uma coletiva, no feminino, para destacar que o grupo é formado apenas por arquitetas urbanistas mulheres.

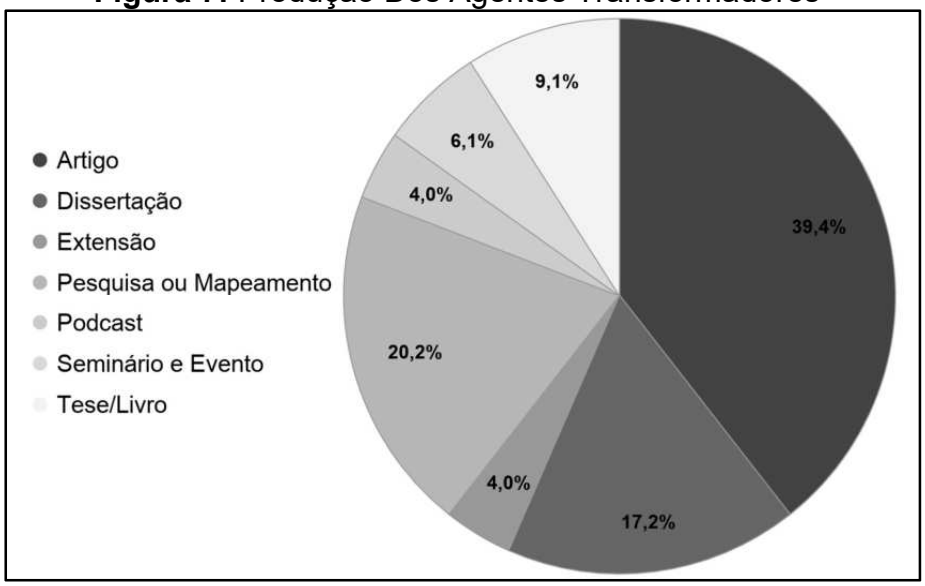
Figura 6: Quantitativo De Produção Divulgada Por Agente Analisado*



*Analisamos A Produção Disponibilizada Pelo Br Cidades Relacionada À Raça; Os Artigos Da Revista Arquitetas Negras Vol. 1 E A Seção Dedicada Às Arquitetas Negras Na Revista Arquitetas Invisíveis. Além Da Produção Disponibilizada Na *Internet* Para Consulta Dos Agentes Coletiva Terra Preta, Etnicidades, Lugar Comum E Maloca.

Fonte: Sousa (2020).

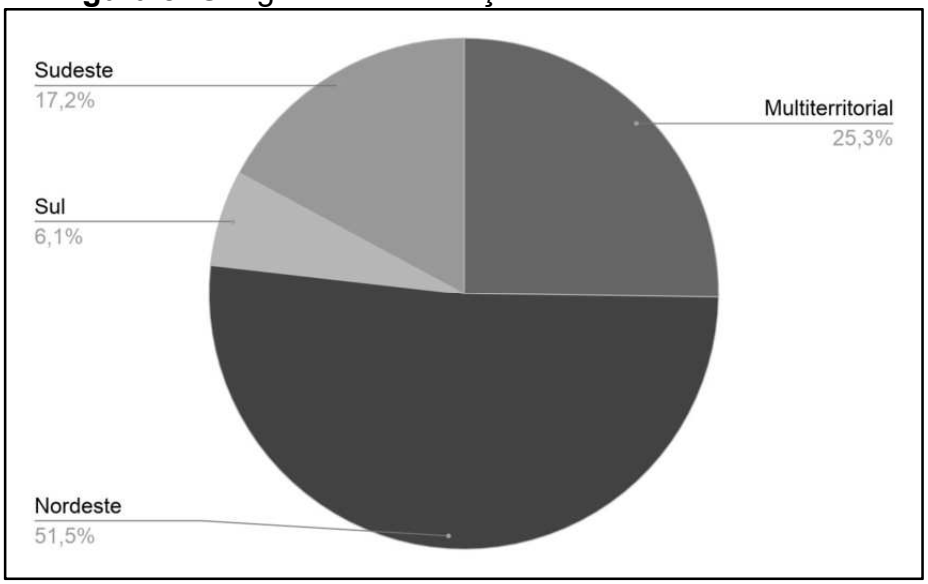
Figura 7: Produção Dos Agentes Transformadores*



*Em cada agente (BR Cidades, Coletiva Terra Preta, Etnicidades, Lugar Comum e Maloca, Revista Arquitetas Negras vol. 1, Revista Arquitetas Invisíveis) quantificamos a produção de acordo com o produto disponibilizado para consulta. Para artigo, consideram-se artigos científicos, artigos de revista, e artigos de jornal.

Fonte: SOUSA (2020).

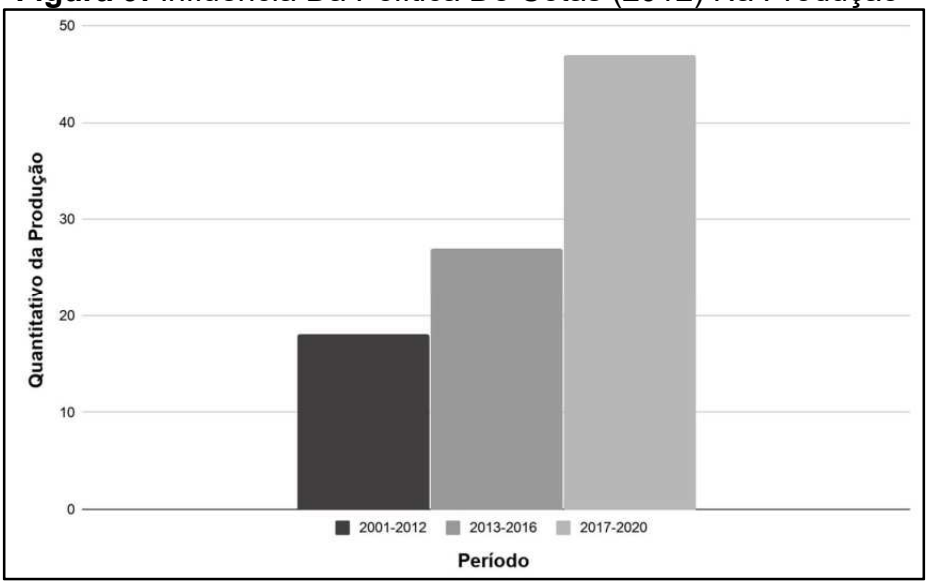
Figura 8: Geografia Da Produção No Território Brasileiro*



*Identificamos onde, no território brasileiro, os agentes estão atuando. Nota-se que a há considerável produção que não se limita a um território (possibilitada pela *internet*); esta atuação denominamos multiterritorial.

Fonte: SOUSA (2020).

Figura 9: Influência Da Política De Cotas (2012) Na Produção*



*Analisamos a que período pertencem as publicações, nota-se que até a criação das políticas afirmativas em 2012, a quantidade da produção é menor em comparação com os anos seguintes, mesmo considerando um espaço de tempo maior.

Fonte: SOUSA (2020).

Figura 10: Mapa Mental: A Recorrência Dos Temas Nos Diferentes Agentes*



*Para a elaboração deste *brainstorming* quantificamos as palavras-chave, assuntos, temas e/ou títulos de cada produção para visualizarmos graficamente qual motivação maior que propulsiona os agentes.

Fonte: SOUSA (2020).

Observamos com estes resultados que os agentes têm uma produção extremamente relevante, mas que pelo ineditismo e por se tratar de produções ainda muito recentes, têm alcance limitado, ou mesmo, pouco divulgado - com exceção para BR Cidades que se articula através de jornais de grande alcance no cenário nacional, porém não é o agente que tem raça como maior destaque da sua produção. Quanto aos materiais mapeados, os artigos são a produção em maior número e majoritariamente, a produção vem da região Nordeste, em especial da UFBA de Salvador/BA, reflexo evidente da cidade é conhecida como “a mais negra do Brasil” por concentrar a maior comunidade de afro-diaspórica do mundo. Cabe ressaltar, por fim, que notamos relevante aumento gradativo da produção após a implantação das políticas afirmativas de cotas. No que se diz respeito à produção ligada diretamente às questões urbanas e sociológicas, nota-se discurso de reivindicação de pautas comuns à movimentos populares, como direito à cidade e à habitação digna - trata-se do questionamento da atuação negra dentro da cidade - enquanto notamos também o protagonismo da mulher negra[13]; evidenciando como o campo da representação é um lugar de

[13] Este protagonismo em parte se explica pelo papel central das mulheres nas práticas religiosas afro-brasileiras, as mães e tias que se transformam em lideranças, referências, fundamentais dentro de suas comunidades e, de maneira geral, na cultura diaspórica.

luta se examinamos criticamente as representações contemporâneas da negritude e das pessoas negras (HOOKS, 2019).

Destaca-se a importância e recorrência, para esses grupos, do conceito de "decolonidade", que é comumente debatida na América Latina e engloba esse esforço de vários grupos étnicos pelo reconhecimento de sua história e importância, dá-se o comprometimento em intervir criticamente no mundo das imagens e transformá-lo, conferindo uma posição de destaque em nossos movimentos políticos (HOOKS, 2019).

3. AS MULHERES NEGRAS AGENTES DE SUAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS

3.1 Representatividade

A recorrência de alguns termos e assuntos que o mapa mental (figura 10) trouxe, revela o protagonismo das mulheres negras na luta contra a manutenção das relações pautadas no racismo estrutural[14]. A construção de novas visões vem ocorrendo a partir da validação na academia da vivência diaspórica, pois este conhecimento que é tão diverso - característica fundamental da força política negra (HOOKS, 2019) - é fundamental para a libertação da imagem negra condicionada à subalternidade. Perante essa renovação, a figura do arquiteto e urbanista essencialmente gênio que age na solução universal apenas a partir de seus traços (RIBEIRO, 2019), também é duramente questionada e expõe um olhar crítico para o debate acerca da função social[15] e ética da arquitetura. Colocando a performance como resumo da atuação profissional e se afastando de sua responsabilidade social, o profissional contribui para a manutenção das desigualdades do território que ele

[14] Segundo ALMEIDA (2018. p. 32), o racismo estrutural se caracteriza através da privação de direitos à população negra para a manutenção da organização política e econômica da sociedade por um grupo dominante. Sendo assim a organização social e econômica do Brasil pautada no racismo que em todas as esferas condiciona negros à subalternidade - subempregos, violência policial, encarceramento em massa, etc. - e propicia tal manutenção do grupo dominante a fim de institucionalizar interesses através da imposição de padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam 'normal' e 'natural' o seu domínio.

[15] Devido à responsabilidade pela criação dos espaços construídos, arquitetos urbanistas são promotores da concepção e produção de ambientes que alavancam o desenvolvimento social e econômico de um determinado indivíduo ou grupo - principalmente agindo em benefício da parcela com menor renda da população - Há a premissa de que a arquitetura não está alicerçada em tecnologias avançadas, mas sim da capacidade de estar ao alcance de servir todo ser humano.

atua, enquanto a ressignificação dos valores identitários pode levar a uma memória citadina equitativa, com a cara de seus múltiplos cidadãos (PAULA, 2019).

> *No fundo não podemos acreditar no arquiteto como um ser isento, uma figura não influenciada pelo meio e pela sua própria realidade, que também nasce da imagem que cria de si e vende-a para os demais. Não é possível mais ignorar a vivência de uma série de arquitetos brasileiros, que eram frutos de uma elite intelectual deste país*. (RIBEIRO, 2019. p. 74).

> *Narrar a história de um lugar e de uma determinada cidade é um privilégio. Digo isso a partir da ótica de uma arquiteta urbanista que há algum tempo percebeu como a história das cidades é contada a partir do olhar eurocêntrico, ocidental e em sua maioria esmagadora, branco.* (PAULA, 2019. p. 26)

É fundamental destacar que este movimento da produção decolonial latina se dá como um movimento não concebido pela academia, mas sim absorvido por ela a partir de investigações acerca dos movimentos sociais que confrontam a "história oficial" e elucidam sobre a importância de se conhecer novos olhares; sobre as reais heranças que influenciam nas relações e condições de sociedade em que vivemos hoje. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua, no qual podemos identificar, tornar visíveis e incentivar "lugares" de exterioridade e construções alternativas (WALSH, 2009). Há ainda uma correlação entre a produção de cada projeto, e a identificação do aspecto afro-diaspórico desses; no que se refere às releituras decoloniais que se tem produzido no território nacional, revela-se como a negritude[16] é condicionante para estudos contemporâneos sobre raça e gênero brasileiros. Evocando a síntese da relação do corpo negro com a arquitetura e o espaço urbano brasileiro da mesma forma que expôs Lélia Gonzalez ao nos elucidar sobre os efeitos da economia escravagista ao qual estamos aparelhados:

[16]O termo, extremamente utilizado no Brasil, nomeia uma natureza própria do negro (africano ou em diáspora) que o diferencia de outros grupos sociais. O que caracteriza esta condição é a percepção de mundo ligada à natureza e intuição, que se consolida na conscientização do indivíduo ao tentar se conectar com a subjetividade negra. A sociologia define como sentimento de conscientização acerca da cultura negra e valorização de suas peculiaridades e valores culturais, tomando para si então o orgulho racial, e ser pertencente à cultura dos negros.

> (...) *Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. (...) Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais."* (GONZALEZ, 1984, p.232)

Nota-se como para a população negra foi negada a humanização de sua existência, através da recusa de direitos e da perpetuação do racismo institucional. Como demonstra Mbembe (2014), racismo e raça são conceitos definidos pelo Estado como ferramentas de manutenção de seus crimes, atuando na normatização da dominação à que Gonzalez se referia. É necessário entender que com a abolição legal do sistema escravocrata, a população negra concentrou-se em regiões geográficas menos favorecidas - empregos subalternos e habitações mais precárias - oferecendo chances mínimas de ascensão sócio-econômicas aos ex-escravizados. Para além da escravização oficial e física, a noção de superioridade racial que inferioriza a população negra continuou sendo difundida, porque é um dos alicerces do controle exercido:

> *(...) eles (os brancos) construíram imagens de negritude e de pessoas negras que sustentam e reforçam as próprias noções de superioridade racial, seu imperialismo político, seu desejo de dominar e escravizar. Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial.* (HOOKS, 2019)

Esta combinação de condições determina, no Brasil, a composição urbana de exclusão social que permeia a segregação espacial da forma como conhecemos hoje. Adão (2017) ilustra como o Estado coloca as pessoas em situação de morte e ainda há uma simbologia de banalização e naturalização das mortes através do território, são o que a autora chama de vidas matáveis através da concepção da articulação raça-homicídio-pobreza.

> *Uma cultura de dominação exige a autonegação de todos os seus cidadãos. Quanto mais marginalizados, mais intensa a demanda. Uma vez que as pessoas negras, especialmente as mais pobres, são bombardeadas por mensagens de que não temos valor, de que não somos importantes*. (HOOKS, 2019)

É a contemporaneidade do escravismo e de políticas como a Lei de Terras de 1850 e a Política Imigrantista de 1890, que dão conta de autenticar a construção do imaginário social da imagem do negro como displicente, vadio e vagabundo. Assiste-se ao apagamento simbólico da população negra - para além do extermínio físico - aliado à criminalização de sua existência, permeados pelo território que lhe é permitido ocupar na cidade.

4. Conclusão

As dificuldades ao se pesquisar sobre as relações de cor e gênero no Brasil já são um espelho da invisibilidade do tema (FREIRE, 2019). Em nossas pesquisas compreendemos que a própria necessidade de mapear e quantificar às produções de autores afrodescentes e/ou de grupos de estudos com temáticas relacionadas à cultura afro-brasileira indicava, per si, o ineditismo da abordagem. Os desafios para realizar o mapeamento apresentado neste artigo foram consideráveis.

A movimentação nas redes sociais é uma aliada nos processos de conexão e divulgação dos agentes de culturas diaspóricas, como exemplifica a formação de quilombos virtuais (SANTOS; SILVA, 2019) que funcionam como uma rede promoção. Deste modo, esta pesquisa buscou as redes sociais para vencer a invisibilidade, mas encontrou dificuldades para tratar dessas fontes e

por transitar por questões novas e ainda em movimento. Esses novos questionamentos conduzem à uma guerra sígnica contra a dimensão racial negativa. Nos beneficiamos da proximidade proporcionada pelas redes sociais que os grupos utilizam para alcançar os interessados na temática afro-brasileira: compreendemos que a estética e política de cada um dos grupos compõem uma coletividade que não se aproxima por coincidência, mas porque partilham de uma sensibilidade comum, alinhando causas e origens. A partir do mapeamento empreendido, constatamos que o movimento de reação à ausência de representatividade afro-brasileira em arquitetura e urbanismo se inicia com o aumento no acesso de negros ao ensino superior com as políticas afirmativas[17], que são, primordialmente, resultado da mobilização histórica de movimentos sociais, em especial do movimento negro brasileiro[18]. Esta inclusão mais heterogênea da população no ensino superior vem promovendo o aumento da discussão de decolonialidade, e o debate se torna pertinente porque estes agentes transitam por questões onde o outro - o colonizador - não transitava.

Assim, a atuação dos agentes aqui apresentados está construindo leituras fundamentais do meio ao qual cada grupo faz parte, que não são óbvios para o grupo dominante. Deve-se considerar que uma produção afro-brasileira não há de abordar apenas temas ligados à ancestralidade; o que estamos demonstrando é que existe sim uma sensibilidade que a consciência racial fomenta e que é fruto do acesso de grupos afro-brasileiros a formação em nível superior e a presença crescente desses no ambiente acadêmico. Ou seja, junto com a desconstrução da representação do negro dentro dos campos da arquitetura e do urbanismo, trazem consigo a perspectiva para questões como investigar a participação do negro na construção do que conhecemos hoje como arquitetura brasileira, quer em sua individualidade, quer como comunidade. Deste modo, estes estudos têm a importância de questionar a epistemologia dominante da produção arquitetônica e urbanística do país caracterizado pela

[17] O Governo Federal (através da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) oferece aos estudantes o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). A legislação prevê a reserva de ao menos 50% (cinquenta por cento) das vagas do exame vestibular das instituições federais à estudantes oriundos de escolas públicas, que contam também com o auxílio do sistema de cotas raciais (tendo as vagas preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas).

[18] A medida é uma providência de reparação histórica frente à oficial abolição da escravatura que em prática não assegurou aos negros libertos condições sociais de cidadão, como bem demonstrado aqui.

colonização européia. Entendemos que racismo produz cidade assim como cidade produz racismo: a segregação socioespacial da moradia é também ratificação do racismo na cidade e o retroalimenta. (SILVA, 2019); esta constatação mostra que as desigualdades socioeconômicas discutidas em arquitetura ou urbanismo não contribuem completamente para a decolonização das ações que teorizam a ordenação da cidade - sejam elas técnicas ou legislativas - é o amparo nos conceitos raciais que o fazem. A contemporaneidade da arquitetura e da produção das cidades conta com estas iniciativas que debatem raça e gênero porque há uma reorganização social em curso, não somente nestes campos, mas em toda estrutura socioeconômica brasileira, repleta de lacunas raciais. Atualmente as questões de representatividade na diáspora negra não se limitam ao debate; o fato de haver essa mobilização em confronto com o que sustenta a exclusão é questão uma questão de transformar imagens, criar alternativas, questionar quais tipos de imagens subverter e apresentar alternativas críticas conferindo uma posição de destaque em nossos movimentos de libertação e autodefinição. (HOOKS, 2019).

Esta produção acadêmica que confronta a historiografia oficial, ausente de perspectivas raciais (ação do racismo estrutural) se dispõe a desconstruir o ideal específico do "*expert* homem branco gênio com alto capital financeiro", e permear a consolidação da pluralidade para que a socialização do corpo negro dentro da arquitetura e do urbanismo seja diferente: não mais baseada na estereotipação do outro terrivelmente diferente (do colonizador e as consequências a partir desta percepção). A decolonização do pensamento é um processo político e de luta; ele nos redefine para além da resistência à dominação (HOOKS, 2019); ao entender que a representação é parte da dominação, a disputa para deixar de experimentar a si mesmo como o "outro" na representação do território, torna-se mais do que uma disputa pela narrativa da cidade, ou por um lugar específico, trata-se, essencialmente do direito de permanecer vivo, da disputa pela vida (PEREIRA, 2015), pois trata-se de usar da própria identidade nesta produção contemporânea da arquitetura brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Mudança Social e

Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.100.2018.tde-29012018-131847. Acesso em: 21 out 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

Anais do primeiro Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA [recurso eletrônico] / Encontro Internacional do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul – MALOCA ; Organizado por Andréia Moassab. – Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2017. Disponível em https://revistas.unila.edu.br/anaismaloca/article/view/929/893. Acesso em: 19 maio 2019.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018)**. FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016). Disponível: http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico -e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/. Acesso em: 05 mai 2019.

ANDRADE, Ana L M S de. “Diáspora Africana”. **InfoEscola.com**. Disponível em: https://www.infoescola.com/historia/diaspora-africana/. Acesso em: 12 fev. 2019.

BARROS, “Maria Luiza. Entre Rasgos e Costuras - aproximações para um urbanismo decolonial”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 10-23. 2019.

BERTH, Joice. MOASSAB, Andrea. “Arquitetas Negras. Apagamento e Invisibilidade”. **Arquitetas Invisíveis Vol. 2** - Nas sombras. Brasília. v. 2. n. 1. p. 43-49. 2018.

BR CIDADES. In: **quem somos | br cidades**. Disponível em https://www.brcidades.org/. Acesso em: 15 ago 2019.

CARTA CAPITAL. In: **BR Cidades - Blog da Carta Capital**. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/. Acesso em: 02 out 2019.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **CAU/BR**. Página Inicial. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/. Acesso em: 10 mai 2019.

DIÁSPORA In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: https://www.dicio.com.br/diaspora. Acesso em: 12 fev 2019.

DOS SANTOS, Cristiano Henrique; DA SILVA, Renata Nascimento. **Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais**. Logos, [S.l.], v. 26, n. 1, nov. 2019. ISSN 1982-2391. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article /view/36152/31095. Acesso em: 15 jan. 2020.

ETNICIDADES, UFBA. **5º SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES 2019 - ANO 2019: RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL**. c.2019. Disponível em: https://faced.ufba.br/noticias/5o-seminario-salvador-e-suas-cores-ano-2019-racismo-diaspora-e-cidade-em-africa-e-brasil-de. Acesso em: 25 nov 2019.

ETNICIDADES, UFBA. **SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES 2017**. c.2017. Página Inicial. Disponível em: https://etnicidadesarq.wixsite.com/sssc2017/etnicidadesa rq. Acesso em: 25 set 2019.

ETNICIDADES, UFBA. **SSC2018**. c.2018. Página Inicial. Disponível em: https://faced.ufba.br/noticias/5o-seminario-salvador-e-suas-cores-ano-2019-racismo-diaspora-e-cidade-em-africa-e-brasil-de. Acesso em: 25 nov 2019.

Fórum Afro PE. **Pesquisador da UnB produz mapeamento inédito da diáspora africana**. c.2010. Disponível em: http://forumafrope.blogspot.com/2012/08/pesquisador-da-unb-produz-mapeamento.html. Acesso em: 30 out 2019

FREIRE, Raquel. “Ser urbana - prefácio sobre a mulher negra e seis caminhos na sociedade”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 112-120. 2019.

GELEDÉS. **A Cor do Espaço Urbano - Geledés**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-cor-do-espaco-urbano/. Acesso em 20 ago 2019.

GONZÁLEZ, Lélia . “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” In: **Revista Ciências Sociais Hoje** - Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. **Olhares Negros:** Raça e Representação. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

MBEMBE, Achille. “Crítica da razão negra”. Lisboa: Antígona, 2014. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Resenha de ROBYN, Ingrid. “Capitalismo, esquizofrenia e raça. O negro e o pensamento negro na modernidade ocidental”. **Topoi - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 696-703, set./dez. 2017. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 21 out 2019.

NEGRITUDE. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: https://www.dicio.com.br/indole/. Acesso em: 20 fev 2019.

PAULA, Tainá de. “Diáspora Urbana: As Cidades Reescritas”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 24-35. 2019.

PEREIRA, G. et al. **Coletiva Terra Preta. Des-embranquecendo a cidade**. 2019. Disponível em: https://medium.com/@terrapreta/des-embranquecendo-a-cidade-c5635 dd0c2ff. Acesso em: . 21 ago 2019

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf. Acesso em: 14 ago 2019

PORTAL JUSTIFICANDO, MENTES INQUIETAS PENSAM DIREITO. In: **Questões Urbanas - Justificando**. Disponível em: http://www.justificando.com/author/questoesurbanas-brcidades/. Acesso em: 30 set 2019.

Revista Arquitetas Negras. São Paulo, vol. 1., 156 p. 2019.

RIBEIRO, Stephanie. “O Arquiteto Enquanto Performance”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 70-75. 2019.

SANTANA, Vilma Patricia. “A Complexidade da Liberdade e Visibilidade para Arquitetas Negras e Suas Produções”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 121-132. 2019.

SILVA, Lisandra Mara. “Propriedades, Negritude e Moradia na Produção da Segregação Racial da Cidade - Cenário Belo Horizonte”. **Revista Arquitetas Negras**. São, Paulo, vol. 1. p. 44-64. 2019.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade [manuscrito]: cenário Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2018. Disponível em: http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_lisandra.pdf. Acesso em: 20 ago 2019.

SOARES, Alessandra; MAIA, Artur; ROSSI, Pedro. **O papel social da arquitetura. Entrevista com Ermínia Maricato**. Entrevista, São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius, maio 2019. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/ 7351. Acesso em: 02 out 2019.

UFBA. **ETNICIDADES: Grupo De Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <www.etnicidades.arq.ufba.br>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UFBA. **EtniCidades**. c.2015. Página Inicial. Disponível em: http://etnicidadesufba.blogspot.com/. Acesso em: 25 set 2019.

UFBA. **LUGAR COMUM**. Página Inicial. Disponível em: http://www.lugarcomum.ufba.br/. Acesso em 20 set 2019.

UFBA. **S. Salvador e Suas Cores 2018: Cidades da Diáspora Negra, Laços África-Brasil**. Disponível em: <https://saesuascores2018.wixsite.com/salvadoresuas cores18>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNILA. **1º ENCONTRO INTERNACIONAL DO MALOCA GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM URBANISMOS E ARQUITETURAS DO SUL**. c2017. Página Inicial. Disponível em: https://encontromaloca.wordpress.com/. Acesso em 22 set 2019.

VALENÇA, Márcio M; MEDEIROS, Sara R F Q de. org. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVIII. : 2019 : Natal, RN). **Caderno de Resumos - XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. 258 p. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/wp-content/uploads/2019/05/Caderno _de_Resumos_ENANPURXVIII.pdf. Acesso em: 29 ago 2019.

VOLPINI, A. L., Farinasso, G. C., Andrade, H. A. de, Solé, J. M. B., Vieira, L. P., & Coelho, L. R. D. **Arquitetas Invisíveis Vol. 2 - Nas sombras**. Brasília. v. 2. n. 1. 110 p. 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolivar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009. Disponível em

https://www.academia.edu/35011983/INTERCULTURALIDAD_ESTADO _SOCIEDAD_ LUCHAS_DE_COLONIALES_DE_NUESTRA_ÉPOCA. p.14-15 (nota de rodapé). Acesso em: 15 jun 2019.

SOBRE A AUTORA

Rosa Maria dos Santos de Sousa
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo UniFAJ
E-mail para contato: rosa.sousa286@al.faj.br